

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA TREZE DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO.-----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia treze de Setembro do corrente ano, depois de lida foi posta à votação e aprovada por maioria, com a abstenção do Vereador Emídio Fidalgo, por não ter estado presente na reunião. -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1 DIVISÃO ADMINISTRATIVA-----

----- 1.1.1 SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO

----- 2. Postura de trânsito da vila de Montemor-o-Velho. -----

----- 1.2 DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA-----

----- 8. Pedido de prorrogação de prazo do contrato-programa estabelecido entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Ereira - Polidesportivo -----

----- 9. Serviços de Segurança Integrada - Rectificação da Deliberação tomada na reunião de Câmara de 13/09/02 -----

----- 3.DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1 DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1 SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA-----

----- 3. Acidente ocorrido com Município - Obra de Recuperação do Centro Histórico de Montemor -----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.1 DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

----- 4. Grelha de Apoio ao Folclore Concelhio -----

----- 5. Concurso Montras em Flor - Atribuição de Prémios -----

----- 4.2 DIVISÃO DE DESPORTO -----

----- Requerimento sobre Declaração de Incompatibilidade apresentada pelo Vereador Victor Camarneiro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas pelo Presidente da Câmara. -----

----- PROPOSTAS -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Fl.442/v

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara informou que, na sequência do que tinha sido muitas vezes discutido pelo executivo, considerava que era de interesse a recuperação do leito abandonado do Mondego, dentro do espaço urbano de Montemor, entre a Ponte das Lavadeiras e a Ponte da Alagoa, e as situações a jusante. -----

----- Mais disse que, depois de reuniões tidas com o representante do INAG, engenheiro Proença, e de pressões que tinham sido feitas em Lisboa, aquando da visita ao Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território, tinha recebido, para análise, o estudo para a recuperação daquele leito, para a criação de um Centro de Pesca Desportivo, e ao mesmo tempo fazer o seu aproveitamento. Julgava já ter sido por várias vezes discutido, o aproveitamento daquele troço do leito, a fim de se criarem condições para que se tornasse uma zona complementar de treino. -----

----- Assim, propunha que considerassem o documento importante e válido, para que fosse aprovado com três observações:-----

----- Primeira – Era proposto por parte do INAG, ouvir a posição da Câmara. No passado fim de semana, tinha decorrido um concurso de pesca desportiva, na qual tinha tido oportunidade de trocar impressões, com o Senhor Presidente da Associação das Beiras de Pesca Desportiva. Aquele tinha-o informado, da questão do enrocamento das margens do leito do rio. Em relação ao assunto, a perspectiva do executivo, era de que a margem direita, devia ser toda enrocada, pois será daquela margem que partirá a parte da competição de pesca, e onde serão salvaguardadas circunstâncias para aquele fim, devendo ficar a margem esquerda "selvagem", isto é, com as condições naturais, para que houvesse procriação piscícola e não houvesse circunstâncias que pudessem criar anomalias, do ponto de vista ambiental, às próprias espécies. -----

----- Segunda - Uma outra questão, que julgava importante e para o qual tinha sido chamado à atenção, para aquela matéria, pelo Vereador Abel Girão, era o facto de haver a preocupação de aquele espaço não ficar confinado, em exclusividade à pesca, mas também ser uma zona de lazer, de ocupação de tempos livres e ao mesmo tempo, uma zona de complemento de treino ao Centro Náutico, que fosse salvaguardado.-----

----- Para isso terão que fazer pressões a outros níveis, junto do INAG para que houvesse um desassoreamento daquele troço, porque, quem se dirigia ao local, verificava que havia cotas, em que nalguns sítios, bastava que o nível da água baixasse meio metro, para ficarem a ver a areia.-----

----- Terceira - Tentar que no espaço do açude, pudesse ser salvaguardada uma passagem pedonal e para bicicletas, salvaguardando a futura Ciclovía do Baixo Mondego.-

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- Aqueles aspectos deverão ser equacionados por parte do executivo, isto é, deverão dar o consentimento, saudarem aquela iniciativa e pressionar politicamente para que as verbas respeitantes fossem desafectadas, a fim de se tornar possível a sua execução em curto espaço de tempo. -----

----- Tinha ainda a informar que, naquela conversa tida com o Senhor Presidente da Associação de Pesca Regional, tinha-lhe sido garantido que, se a obra avançasse, eles próprios estavam interessados em pedir uma concessão, de acordo com as regras legais em vigor, e ao mesmo tempo o repovoamento de algumas das espécies e povoamento com espécies novas, que eram especialmente atractivas a nível da competição. -----

----- Mais propunha que fosse dada sequência junto do INAG, com as seguintes observações:-----

----- A primeira - Consideravam que, na generalidade, o projecto contemplava as aspirações da Câmara, com a ressalva de quatro anotações:-----

----- Uma - Tratava-se de uma questão de celeridade e ao mesmo tempo de participação, garantida, daquele projecto. -----

----- Duas - Que fosse prevista, sobretudo na sua interligação, com a grande infraestrutura já criada do Centro Náutico, uma continuidade, que seja aligeirada, em termos da forma, com que o açude ia ser construído, e ao mesmo tempo, que fosse garantido que a montante, houvesse uma desassoreamento adequado, para a prática, em termos de treino de desportos náuticos, nomeadamente de remo e canoagem, que poderão ser ali utilizados. -----

----- Três - Em relação à pesca desportiva, solicitar que houvesse um enrocamento da margem direita, a garantia da manutenção da margem esquerda para a reprodução piscícola adequada e para o povoamento e repovoamento que fosse feito. -----

----- Quarto - Fosse prevista uma passagem pedonal/ciclovía sobre o açude.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- **Segunda** - Propunha a atribuição de um subsídio de três mil setecentos e cinquenta euros, para a realização do Concurso dos Vestidos de Chita, ao Atlético Clube Montemorense. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Fl.443/v

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- **Terceira** - O Presidente da Câmara informou que, tinham aprovado por unanimidade, em Reunião de Câmara anterior, a Declaração de Utilidade Pública do Polidesportivo da Ereira, a qual iria ser presente na próxima Reunião da Assembleia Municipal. -----

----- Assim, propunha a atribuição do restante subsídio, que constava no contrato programa, e que estava por pagar à Junta de Freguesia da Ereira, para fazer face àquele projecto, logo após a votação favorável da Assembleia Municipal.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- **Quarta** - O Executivo tinha solicitado que se procedesse a um trabalho, em que os Serviços da DOP tinham mostrado disponibilidade para apresentarem uma solução alternativa ao loteamento do Polo Industrial de Montemor, que passaria pela apresentação de todo um projecto, quer de urbanismo, quer de especialidades. Era com muito gosto que apresentava ao executivo, todo o projecto de loteamento de obras de urbanização da zona industrial de Montemor, dentro do contexto que tinham discutido, que a seu tempo já mandou executar ao exterior (Gabinete de Projectista) dada a urgência que este assunto requeria. -----

----- Gostaria de chamar a atenção, que, todo aquele projecto tenderá, em termos de orçamento, para um custo global, que rondará cerca de um milhão novecentos e quarenta mil euros. -----

----- Assim, propunha que fosse dada sequência, através da DOP, à devida regularização, de toda a circunstância de aprovação de um novo loteamento adequado, junto da Comissão de Coordenação da Região Centro.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, bem como a aquisição de serviços externos das especialidades do futuro "Polo Industrial de Montemor". -----

----- INFORMAÇÕES-----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, tinham recebido, através da Federação Internacional de Canoagem e Federação de Canoagem Nacional, uma informação, sobre as candidaturas apresentadas, pela Delegação que se tinha deslocado a Sevilha, composta pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e Federação Portuguesa de Canoagem, para a realização de uma prova internacional de alta

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

Fl.444

competição, no Centro Náutico de Montemor, em dois mil e quatro ou dois mil e cinco, as quais tinham sido consideradas válidas e aceites.-----

----- Mais disse que, o Secretário Técnico da Federação Internacional de Canoagem, dirigindo-se ao Presidente da Federação Portuguesa de Canoagem, explicitou que, em relação à candidatura de organização de uma prova de canoagem, a decorrer em Montemor, nos anos dois mil e quatro, dois mil e cinco, aquela tinha sido aceite, sugerindo que fosse organizada uma prova internacional no próximo ano, de sénior ou júnior, que pudesse demonstrar a capacidade da pista, para a utilização daqueles eventos. -----

----- Ao mesmo tempo solicitou também que fossem feitas duas alterações:-----

----- Uma delas, prendia-se com o sistema de partida e de balizagem, ajustado à alta competição da canoagem. -----

----- A outra, que pudesse ser depois garantido alguns condicionamentos complementares, daquilo que a pista hoje já apresentava. -----

----- A comunicação foi assinada pelo Director Técnico da Federação Internacional de Canoagem, que já esteve em Montemor.-----

----- Considerava que, aquela era uma informação extremamente importante e positiva, e que demonstrava claramente que, era necessário que se previsse nos próximos dois três anos, alguma consubstanciação que pudesse permitir aquela tramitação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou o executivo que, através do Centro de Estudos do Mar, e por parte do senhor Dr. Alfredo Pinheiro Marques, tinha sido sugerido a um conjunto de parceiros, nomeadamente, a Câmara Municipal, Escola Secundária de Montemor e Junta de Freguesia de Montemor, que fosse atribuído o nome de Rui de Pina à Escola Secundária de Montemor-o-Velho. Abordava aquele assunto, porque brevemente iriam agendar aquele ponto, mas ficava desde já a informação, no sentido de que, tinha sido sugerido aquele nome à Escola Secundária. Era evidente, que iriam decorrer reuniões entre o Presidente da Câmara, a Comissão Executiva da Escola, o representante do CERMAR e da Junta de Freguesia, para depois, na devida altura, propor à Câmara, em definitivo, o nome que se julgasse pertinente, bem como o caso da EBI de Arazede e a EBI de Pereira, para ficarem devidamente clarificados os nomes daquela escolas, que têm vindo a ser tratadas no âmbito geral, apenas pelo seu nome genérico. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

444/v

----- **Terceira** - Informou que, na passada segunda-feira, tinha decorrido a abertura da Escola Básica Integrada de Pereira, tendo tido a oportunidade de estar presente, de visitar a escola e em termos claros, considerar que a escola estava, naquele momento, em condições para albergar os alunos que estavam a frequentar os diferentes cinco anos de escolaridade, assim com a pré-escola, que lá se encontrava a funcionar, através da cedência das instalações, conforme tinha sido referido anteriormente, pelo Vereador Pedro Machado em reuniões anteriores.-----

----- Relembrou que, em relação àquele aspecto, no passado dia dezanove de Setembro, tinha dirigido um fax à Senhora Directora Regional de Educação (documento anexo à presente acta sob o numero um).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** - Informou que na passada semana, tinham sido visitados, por oficiais do Serviço Militar de Engenharia do Exército de Espinho, onde, em parceria com ele próprio e com o Vereador Abel Girão, tinham apresentado algumas candidaturas, e se tudo correr como estava previsto, a partir de Abril ou Maio do próximo ano, deslocar-se-ão para o Concelho de Montemor, para dar seguimento a cinco obras essenciais. -----

----- A primeira, era a construção da estrada, que ligará Portela a Tentúgal (Caminho do Ramalhão) e que irá fazer o escoamento total do trânsito, que vem de Arazede, e não só, no sentido longitudinal, de Norte para Sul, passando fora do Centro Histórico de Tentúgal. Iriam abrir uma estrada com oito metros de pavimento, e que terá uma extensão de quatro quilómetros, provocando uma zona de entroncamento daquela estrada com a estrada das Ribeiras e da Portela, criando ali uma rotunda e uma solução rodoviária, que pensava que era fulcral. -----

----- Para além daquela via, iria haver uma outra, que iria ligar a zona do Casal Fernando e todos os casais anexos à zona do Meco, mesmo à entrada da auto-estrada, provocando depois também, uma continuidade, e a abertura de uma estrada que poderá também passar a ser, um eixo prioritário de desenvolvimento rodoviário. -----

----- Tinha sido dada a garantia, pelos oficiais do Serviço Militar de Engenharia do Exército de Espinho, sobre a intervenção total nos Pólos Industriais de Montemor e do futuro de Arazede. Para além destes projectos, existiria ainda a abertura do Caminho entre Presalves e Outeiro da Moura.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- Sobre o Pólo Industrial de Montemor, só era pena que eles não tivessem a maquinaria disponível, por estarem a trabalhar em Anadia e em Gouveia, porque eles

Fl.445

próprios tinham dito que, em três semanas, colocavam o terreno na cota que a Câmara pretendia e limpavam. Quanto ao polo de Arazede, a situação era muita mais simples, por se tratar de uma desmatização total daquela zona e um arranjo. -----

----- Naquele momento, estavam a proceder a todos os trabalhos necessários de levantamento topográfico, de enquadramento dos próprios projectos, de contacto com os privados, que terão que ceder terrenos nas situações contíguas aos caminhos que estavam a falar, no sentido de que, até ao final do corrente ano, pudessem fazer chegar os cadernos de projecto, respeitantes a todas aquelas obras. -----

----- Em parceria com aquela situação, trará na devida altura, as condições impostas pelos militares, e que eram questões de normalidade, de pagamento de combustíveis, da manutenção e despesa de presença deles, quer em termos de alojamento, quer de alimentação. -----

----- Pensava que, independentemente de tudo, tratava-se de um óptimo investimento para a Câmara, quer em termos da necessidade premente dos projectos, quer da concretização dos mesmos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quinta** - Informou que, na conversa que mantiveram com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, quando o convidaram para estar presente em Montemor, no próximo mês de Novembro do corrente ano, tinham tido oportunidade de lhe manifestar uma das preocupações importantes, que era a garantia do lançamento da via verde, também conhecida por Pista de Cicloturismo do Baixo Mondego, cujo projecto naquele momento estava a ser actualizado. -----

----- Sobre aquele assunto, já foram feitas duas reuniões de trabalho, com os Serviços Regionais de Ambiente, estando previsto para o dia dois de Outubro do corrente, mais uma reunião exclusiva com o Município de Montemor-o-Velho, para a apresentação da candidatura global - Montemor, Coimbra e Figueira. -----

----- Independentemente das informações que tinham vindo a público, por parte de outras Autarquias, esta era a autarquia que tinha o processo mais avançado, mais quantificado e com possibilidade de se fazer uma candidatura. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- Iriam aproveitar o mês de Outubro para a apresentarem, devendo depois procurar durante o mês de Novembro, na visita do Senhor Secretário de Estado, alicerçar a garantia de homologação.-----

----- Chamava a atenção do Executivo, que aquele projecto contemplava duas vias dentro do concelho de Montemor, que se encontrarão junto à Ponte das Lavadeiras, pressupondo depois a construção de uma ponte em madeira de passagem, de uma

Fl.445/v

margem para a outra, no leito abandonado do Mondego. Uma das vias, seguiria pelo leito periférico direito, mais próximo das zonas de Carapinheira, Meãs, Tentúgal, e depois Quimbres, São Silvestre, São João do Campo até à Geria.-----

----- A outra, passará precisamente, no seguimento da Pista de Remo, Formoselha, Santo Varão, Pereira, Paul de Arzila e depois irá entroncar com a anterior, na zona do Choupal, em Coimbra. Em relação a esta ultima, continuaria até à Ereira, Reveles, seguindo para Lares, através do concelho da Figueira da Foz. -----

----- Em relação aos montantes, os projectos deverão rondar os setecentos e cinquenta mil euros, em termos das duas pistas. Caso houvesse reduções orçamentais de comparticipação, era evidente que teriam de entrar em conversação com a Câmara de Coimbra, para saber qual a viabilidade de uma ou de outra, embora pessoalmente defendesse que, naquele caso concreto, para o projecto global da via que passaria junto à Pista de Remo e junto ao Paul de Arzila, seria a mais adequada. -----

----- Não deveriam esquecer contudo, que os próprios Serviços de Ambiente Regionais, tinham um projecto de pontos de destaque de importância, ao longo da margem direita. Teriam por isso que, conciliar o projecto da Câmara com o projecto deles, para depois verem também com a Câmara de Coimbra, qual o trajecto que, dentro do concelho de Coimbra estava previsto, para poderem dar sequência àquela candidatura. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sexta** - Informou ainda que, estavam a decorrer negociações para a concretização de uma página da Câmara na Internet, que naquele momento, estava praticamente definida, em termos do seu conteúdo. Estava a ser trabalhada, e esperava que dentro de cinco meses, ou seja, até ao final do primeiro trimestre do próximo ano, houvessem condições para a partir daí, a Câmara tivesse uma página na Internet, que pudesse servir de informação, de divulgação, de promoção, de recepção, de comunicação, etc. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- Em relação àquele aspecto, na devida altura traria ao executivo, para conhecimento, todo o trabalho que estava a ser desenvolvido naquela matéria.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **Sétima** - Informou ainda que, iria decorrer em Novembro, em Montemor, uma jornada de promoção de moto-quatro e de desporto-aventura, através de uma organização de um fim de semana, de um circuito nacional, que terá o seu início em Montemor e contará com a produção e a promoção de vários órgãos de comunicação social extremamente importantes, quer do meio televisivo, quer do meio escrito.-----

Fl.446

----- Parecia-lhe que, pelo seu conteúdo, pelo seu contexto e pela envolvimento que era solicitada à Autarquia, seria extremamente importante que a apoiassem, porque, mais uma vez, poderiam estar a criar a partida de um circuito importante, para uma certa animação e um circuito de aventura, que no fundo, era palco, sobretudo, de algum estrato sócio-etário da nossa comunidade, nomeadamente a juventude.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO VEREADOR VICTOR CAMARNEIRO -----

----- **Primeira** - O Vereador Victor Camarneiro informou que, tinham tido conhecimento, apenas nesta data, do seminário que estava a decorrer na sala ao lado das reuniões e intitulado Conferência "Agricultura e Meio Ambiente", no âmbito do projecto Mundiempresa, uma vez que o convite lhe tinha sido entregue quando chegaram para a reunião de Câmara. Lamentando que tal acontecesse, não podendo por tal motivo estar presentes, pelo menos na sessão de abertura.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **Segunda** - Informou que, os convites para as Comemorações do Aniversário da Filarmónica Vinte e Cinco de Setembro, também só lhes tinham sido entregues naquele dia. De qualquer forma, gostariam de manifestar as suas felicitações àquela Filarmónica, pelos seus cento e dez anos, e lamentar o facto de não terem tido acesso à informação antecipadamente.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **Terceira** - Na sequência, da informação dada pelo Senhor Presidente da Câmara sobre a recepção da comunicação da Federação Internacional de Canoagem, saudava e congratulava-se por tal facto. Assim, gostaria de saber, o porquê de estar agendada uma

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

participação de uma delegação da Câmara Municipal, no Congresso Internacional da FISA, em Sevilha e do Campeonato do Mundo e isso não ter acontecido.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara respondendo que, em relação à recepção atrasada da correspondência para a cerimónia da Filarmónica, não tinha havido nenhuma cerimónia solene, feita pela Filarmónica Vinte e Cinco de Setembro. Apenas no dia do aniversário, propriamente, tinha estado presente, mais como munícipe, do que como Presidente da Câmara. A correspondência tinha sido dirigida à Câmara, praticamente em cima da data e tinha ficado nas pastas dos Senhores Vereadores, que as não tinham procurado a tempo. Em relação àquele assunto, declinava qualquer responsabilidade

Fl.446/v

naquela matéria.-----

----- Em relação à ida a Sevilha, tratava-se de uma situação de custo/benefício e nesta fase, a racionalidade da gestão de verbas era feita pelo Presidente da Câmara. Aquele tinha considerado que, naquele momento, era prioritário dar à Canoagem, porque em relação ao remo, já estavam mais ou menos entendidos. -----

----- A deslocação a Sevilha, era um custo exacerbado, assim como não tinham ido a Madrid, mas tinham mantido os contactos. Iriam ter reuniões com as Federações brevemente, e irão ter um programa de trabalho, que passará por uma opção do próprio Pelouro do Desporto da Câmara. Tinha considerado que seria abusiva, dispendiosa e careira, a deslocação a Sevilha, uma vez mais, face aos objectivos, que não lhes pareciam muitos claros de tirar proveito, dentro daquela matéria.-----

----- INFORMAÇÕES-----

----- DO VEREADOR ABEL GIRÃO-----

----- **Primeira** - O Vereador Abel Girão deu conhecimento de que, os trabalhos de limpeza do chamado esteiro, na Ereira, estavam com um bom andamento, e já tinha sido feita a limpeza e o alargamento das margens, estando-se já a fazer o enrocamento das mesmas. Pensava que aquele espaço ia ficar com um aspecto agradável, com uma adução de água do próprio leito do rio e iria ter sempre água limpa.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----GABINETE DE PLANEAMENTO INTEGRADO E APOIO JURÍDICO-----

-----1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL-----

-----1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- 1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO.-----

----- 1 - ESTUDO DE VIABILIDADE DO CENTRO Náutico DE----- ----- MONTEMOR -----

----- O Presidente da Câmara informou que, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, tinha em curso, um projecto de construção dum Centro Náutico, para a prática de remo e canoagem. -----

----- No âmbito do referido projecto e para complementar os estudos de natureza técnico-desportivos, a cargo da Autarquia, apresentava uma proposta de aquisição de serviços, com as características que constam do documento anexo à presente acta sob o número dois.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 2 - POSTURA DE TRÂNSITO DA VILA DE MONTEMOR -----

Fl.447

----- O Presidente da Câmara informou que, aquela postura era já o produto de cinco ou seis reuniões, em que ele próprio tinha colaborado directamente, com o Presidente da Junta de Freguesia de Montemor, e com a grande intervenção do Comandante da GNR e do Comandante dos Bombeiros Voluntários de Montemor (documento anexo à presente acta sob o numero três). -----

----- Pensava que, mormente a leitura que pudessem fazer naquele momento, e tendo presente de que, aquele documento teria que ser sujeito a uma discussão pública, por um período de trinta dias, solicitava que fosse sancionado pela Câmara e dado teor da mesma, através de um mail directo, sobretudo aos habitantes da freguesia de Montemor, não em exclusividade, mas em prioridade, para que sobre o assunto se pudessem pronunciar, pois iriam ser os mais afectados por todas aquelas circunstâncias. -----

----- Seguidamente propôs ao executivo o envio do documento para discussão pública, por um prazo de trinta dias, através dos respectivos editais, bem como a divulgação nos jornais locais, nas Juntas de Freguesia e noutros locais normalmente destinados à publicação dos actos públicos, praticados pelo executivo. -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, apesar de ainda não ter lido o documento, julgava ser importante que se tivesse quanto antes, uma postura de trânsito da

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

vila de Montemor. Pretendia saber se se previa, num curto espaço de tempo, uma postura de trânsito para todas as freguesias. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, teriam que alargar depois uma postura de trânsito, sobretudo para os centros urbanos principais. Não se referia a todas as freguesias, porque seria inusitado do ponto de vista funcional, mas era evidente que existiam problemas na Carapinheira, em Pereira e em determinadas zonas de Arazedo. Existia uma questão que considerava ser oportuna de salientar, em que, já tinham discutido questões que tinha a ver com o trânsito em Tentúgal, e Pereira, com o desvio de algum trânsito, e como já estava mais consolidado o trânsito no centro de Montemor, devido ao terminus das obras, partirão imediatamente para outros centros urbanos. -----

----- Retomou novamente a palavra o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, aquela postura deveria ser articulado com outros centros, nomeadamente com Arazedo e Carapinheira, etc., e por outro lado, tentar disciplinar as outras Juntas de Freguesia, no sentido de que não fossem colocados sinais anarquicamente, sem o prévio conhecimento da Câmara. Havia regulamentação própria para aquela situação, mas induzia em erro o próprio comandante da GNR, o que proporcionava que tivesse atitudes menos correctas, muitas vezes em Arazedo, porque se orientou o trânsito com a aprovação da Junta de

Fl.447/v

Freguesia na altura, mas a Câmara nunca teve conhecimento, e Assembleia Municipal muito menos. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que iria haver duas circunstâncias, que iriam funcionar com alguma empatia: -----

----- Primeira - iriam avançar gradualmente, conforme as obras fossem terminando. Por exemplo, no Centro Histórico de Pereira, enquanto as obras não estivessem terminadas, não valeria a pena estarem a criar uma postura de trânsito, para aquela freguesia. -----

----- Também seria pertinente, ter em atenção as Assembleias de Freguesia e as suas deliberações, que deveriam ser, do ponto de vista pedagógico e ético, coordenadas, sem querer ferir susceptibilidades de considerarem que estavam a ser "invadidas" na sua área jurisdicional, por parte da Câmara. -----

----- Segunda - Uma outra questão, que iria surgir na sequência das anteriores, prendia-se com a abordagem feita pelo responsável pelo Centro de Distribuição dos CTT, sobre a evolução da toponímia concelhia, em que nalgumas freguesias, as circunstâncias do que tinha sido a primeira fase de distribuição dos códigos postais, estava a começar agora a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

encontrar alguma anomalia e resistência. Em relação àquele assunto, esperava que brevemente o senhor Vereador do Pelouro, pudesse apresentar ao Presidente da Câmara uma proposta concreta em relação àqueles trabalhos, e na devida altura, traria ao executivo, para conhecimento.-----

----- Aguardava também que, da parte dos CTT, lhe fosse dada uma informação sobre quais eram as problemáticas mais prioritárias, que estavam em causa. Tratavam-se de freguesias onde, naquele momento, seria talvez mais adequado atacar de urgência em que houvesse desde já, por parte das Assembleias de Freguesia, uma proposta. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Emídio Fidalgo perguntando o que se passava com os semáforos das Meãs, pois estavam sistematicamente intermitentes ou desligados. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara respondendo que aqueles semáforos estavam sob o controle da Câmara, ou seja, a manutenção é da responsabilidade da Câmara. Como estavam numa época de grande passagem de tractores e máquinas agrícolas do campo para a margem direita da estrada cento e onze, com algumas carradas, e basta um toque na central que coordena aquele sistema, para que aquele se desligasse e afectasse todo o procedimento. Era evidente que, aquela circunstância estava a ser controlada, e já tinham comunicado para a empresa que fazia a manutenção, porque aquela situação estava a ser sistemática. -----

----- Em relação àquela situação, havia um aspecto que possivelmente iria ser corrigido, aquando da obra de regularização da cento e onze, e que era a acessibilidade das Meãs e a questão da semaforização que já ali existia. Esperava que o ICERR, dentro da empreitada que no dia trinta de Setembro, veria as proposta abertas, pudesse solucionar não só a questão dos semáforos de Quinhendros e Tentúgal e a rotunda da Lavariz, mas também correcções feitas no eixo centra da semaforização das Meãs. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalheite dizendo que, em relação à implementação das posturas, a nível das outras freguesias, pensava que, para evitar confusões, como houve no ultimo mandato, em relação à Freguesia de Arazede, antes de ser apresentado o parecer da Assembleia de Freguesia, aquela deveria fazer uma consulta prévia às pessoas, onde pudesse existir alguns conflitos. Pensava que deveria haver a preocupação de, ao enviarem o ofício para que as Assembleias de Freguesias se pronunciassem sobre a postura de trânsito da respectiva freguesia, se mencionasse que era importante ouvir a população. -

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- Retomou novamente a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, gostaria de chamar a atenção para duas situações:-----

----- A primeira era que, nalguns casos, tinham ido ao pormenor, para evitar confusões com o nome das ruas ou a não identificação, identificando os proprietários dos imóveis, pois considerava ser mais fácil.-----

----- A segunda era que, o Comandante dos Bombeiros tinha proposto que, em vez de se chamar Postura de Trânsito da Vila de Montemor, se chamasse Postura de Trânsito da Zona Urbana de Montemor. Pessoalmente tinha optado pela primeira, independentemente de albergar algumas soluções da rua vinte e cinco de Abril e a ligação ao Casal Novo do Rio, porque pensava que deveriam começar a confinar, do ponto de vista de nome urbano. ----

----- Disse ainda que, na próxima revisão do PDM, a zona urbana de Montemor poderá ir até ao Rosmaninhal e até à Ponte das Lavandeiras. Teriam de ter também algum vanguardismo urbanístico e ao mesmo tempo consolidação, e não poderiam criar circunstâncias que lhe pareciam de menor importância.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, julgava importante que a Câmara Municipal devia fazer um levantamento de todas as vias que se encontravam devidamente pavimentadas e que não teriam obras nos próximos anos, para que fossem colocadas passeadeiras em várias zonas.-----

----- Ao percorrerem o interior da Carapinheira, que tinha muito trânsito, em que os veículos atingem velocidades muito excessivas, devido ao bom estado da pavimentação, o

Fl.448/v

arruamento que ia do Amieiro até ao início da Volta da Tocha, passando pelo Bebedouro e pelo cruzamento da Bunhosa, todos aqueles arruamentos tinham sido beneficiadas, solicitava que a Câmara fizesse um estudo das necessidades dos peões, porque estavam sempre a surgir novos cafés e restaurantes, o que provocava a movimentações de peões. Não se referia em exclusivo àquelas estradas, mas a todo o concelho. Chamava a atenção para aquelas estradas, que confinam nas estradas municipais, e que, não estando sinalizadas, em caso de acidente, torna a situação muito complicada. Considerava que a Câmara devia fazer um levantamento nesse sentido, através de cada Junta de Freguesia. --

----- Interveio o Presidente da Câmara informando o Senhor Vereador Emídio Fidalgo, que estava a ser preparada uma empreitada para ir a concurso, que dizia respeito à sinalética horizontal e vertical, de quase todo o Concelho. Neste momento, havia a questão das

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

passadeiras, das limitações dos itinerários em termos das linhas laterais, algumas delas mesmo dentro da vila de Montemor. Algumas ainda não tinham sido feitas, por estarem à espera de um trabalho mais global, que iria envolver estradas das Freguesias de Liceia, Santo Varão, Arazede, Carapinheira e Montemor, que tinham sido agora ultimadas, e se tornava mais rentável ser feita toda aquela sinalética horizontal e vertical.-----

----- Tinha sido solicitado aos Presidentes das Juntas de Freguesia que apresentassem o conjunto daquelas preocupações, para que depois a Câmara pudesse apresentar um caderno global para intervirem naquela matéria. Mesmo em Montemor, em relação à obra que se completou, teriam que distinguir a pintura da estrada branca ou amarela, para proibição de estacionamento ou apenas para limitação de faixas, para que tudo fosse feito em conjunto.-----

----- Por exemplo, em Pereira, e em relação à estrada aberta pela Câmara, como se tratava de uma zona de denso nevoeiro, não tendo as linhas laterais pintadas, tornava-se um perigo, sobretudo quando chegava àquela zona de elevação e de viragem.-----

----- Tinha verificado que, no concelho, uma grande parte das estradas, estavam naquelas condições, e não interessava a sua dimensão, mas sim a sua visualização que permitisse, em trânsito nocturno, uma melhor defesa de quem fazia aqueles trajectos.-----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete perguntando se, para além daquela proposta de postura de trânsito, também já tinham aprovado as taxas de estacionamento. -

----- Interveio o Presidente da Câmara respondendo que tinham vindo a autorizar a discussão pública de vários regulamentos. Alguns deles, tinham implicações no sistema de tarifário, de taxas e licenças da Autarquia, e estava a ser preparado, para o final, um sistema de taxas e licenças, a diversos níveis, que irá englobar tudo o que até aqui tinha vindo a ser apresentado, a nível de regulamentos. Chamava a atenção, por exemplo, para o facto de, na postura de trânsito, se referirem aos parquímetros, e não mencionavam o valor de utilização. Aquele valor será apresentado, de acordo com a postura de trânsito de Montemor, irá aparecer um artigo a mencionar a fracção, custos e actualização. O próprio regulamento de água e saneamento, que será um dos próximos a ser presente ao executivo, também irá remeter para o sistema tarifário, e aquele será a "Bíblia" financeira, ou quantitativa, do ponto de vista pecuniário, de todas as repercussões de tudo o que tinham deliberado em termos de regulamentos.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- Retomou novamente a palavra o Vereador António Ramalhete dizendo que, pensava já tinha sido neste executivo, que se tinha levantado a questão, aquando do arranjo da rua Dr. José Galvão, de haver um estacionamento em frente à farmácia. Enquanto não houver uma taxa específica para aquele fim, iriam continuar a ter algumas dificuldades em compreender algumas coisas. -----

----- Por exemplo, não sabia se o Vereador José Marques tinha conhecimento, mas em Pereira, o seu vizinho que é proprietário de uma loja de computadores. O proprietário da padaria entendia que, o espaço em frente à padaria, só porque tinha sido alcatroado por ele, considera que ninguém lá devia estacionar. Outro dia, arrastou o carro do proprietário da loja dos computadores, que tinha lá ficado estacionado durante a noite, não sabia como, se com um tractor, ou de que forma, desde a padaria até ao Núcleo Sportinguista, deixando-o na faixa contrária. Não sabia se haveria alguma lei que pudesse gerir aquelas situações, se tinha direito ou não ao espaço em frente ao seu estabelecimento comercial, ou se teria que colocar uma placa de estacionamento proibido. -----

----- O Presidente da Câmara propôs ao executivo o envio do documento para discussão pública, por um prazo de trinta dias, através dos respectivos editais, bem como a divulgação nos jornais locais, nas Juntas de Freguesia e noutros locais normalmente destinados à publicação dos actos públicos praticados pelo executivo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade a abertura do inquérito público, a decorrer durante o prazo de trinta dias úteis. A abertura do período de discussão pública, deverá ser publicitada convenientemente, não só, pela afixação de editais nos locais de aplicação do regulamento, mas também, por informação nos jornais locais e noutras publicitações, que normalmente davam aso à publicitação dos actos públicos praticados pelo executivo. Ao mesmo tempo fosse realizada uma reunião no próximo dia vinte e cinco de Outubro, pelas vinte e uma horas, aberta à população em geral e à de Montemor em particular, bem com a feitura de um "mail" especial à Freguesia de Montemor. Finda a discussão pública, deverá ser feita uma ponderação pelos serviços e, pelo Gabinete da Presidência, sobre o conteúdo das sugestões apresentadas pelos particulares e elaborada a versão final do regulamento, que deverá ser apresentada ao executivo para aprovação, e depois ser presente à Assembleia Municipal para posteriormente ser publicado na segunda Série do Diário da República. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº --

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA -----

----- PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre onze e vinte e cinco de Setembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número quatro).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇO - RECLAMAÇÃO -----

----- Foi presente uma informação relativamente à reclamação da classificação de serviço do funcionário, João Paulo Barquinha de Almeida Seixo (documento anexo à presente acta sob o número cinco). -----

----- Interveio o Vereador Emidio Fidalgo perguntando qual era a capacidade de decisão, por parte da Câmara Municipal perante um processo daquela natureza, uma vez que tinha uma série de itens e de burocracia. A Câmara já tinha mandado para o síndico uma outra reclamação, declinando quaisquer responsabilidades, uma vez que não tinham total conhecimento dos factos. -----

----- Disse ainda que, agora estavam de novo a ser confrontados com outra situação idêntica. -----

----- Assim, gostaria de saber, qual o fundamento da reclamação que estava a ser apresentada à Câmara. -----

----- Interveio o Vereador José Marques dizendo que, parecia-lhe que as avaliações apenas se baseavam no Bom ou Muito Bom. -----

----- Interveio a Directora do Departamento de Administração Geral dizendo que, a lei permitia aquela reclamação. O funcionário em causa tinha recorrido para a notadora, que na altura lhe tinha dado todas as justificações necessárias. O mesmo tinha recorrido para o Recurso Hierárquico porque a Lei lho permitia. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, aquando a primeira reclamação, tinha tomado posse um novo executivo que não tinha ainda, uma apreciação sobre os responsáveis da Câmara Municipal, pelo que se tinha recorrido a um parecer do síndico. Porém, nesta data já tinham decorridos nove meses, e naquele momento colocar em causa o parecer da Directora de Departamento, era colocar também, em causa a própria Directora de Departamento. -----

----- Na sua opinião, era impossível lidar com uma situação daquela natureza, subvertendo o parecer da Directora de Departamento. Dava como exemplo o caso do professor que estava incumbido de dar notas, e caso tivesse algum aborrecimento com o aluno, teria que continuar a avaliar o mesmo, tendo toda a legitimidade para o fazer. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- Mais disse, que era à Directora de Departamento, que competia avaliar os seus subordinados, e ao executivo municipal competia avaliar, nos momentos adequados, a Directora de Departamento. Naquele momento, não poderiam misturar as duas situações. --

----- Interveio novamente o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, o Executivo poderia não estar a perceber o seu ponto de vista. Não estava a colocar em causa a Directora de Departamento. Faziam parte do executivo há nove meses, e ao fim de quatro, tinham apanhado logo duas situações daquele género. -----

----- Disse ainda que, se no futuro, se desenrolar uma "teia", continuando a surgir situações idênticas, optarão por uma saída sempre airosa, suportada pelo parecer apresentado, sem terem mais conhecimentos, relativamente àquele assunto. -----

----- Referia mais uma vez, que não pretendia colocar em causa a decisão, nem da Directora de Departamento nem do executivo. -----

----- Como tinha referido o Senhor Vereador José Marques, notava que a maioria das avaliações eram Bom e Muito Bom, quando, na sua opinião, existiam Bons que deveriam ser Medíocres. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo que, por vezes perdiam muito tempo a discutir questões que estavam previstas na Lei, e naquele caso ou acreditavam nos serviços ou não. Eram confrontados com muitas situações, em que assinavam os papéis, e até àquela data tinham sempre acreditado nos serviços, até terem motivos para tal. Quem poderia avaliar o funcionário, melhor que ninguém, seria a pessoas que lidava com ele todos os dias, sendo neste caso, a Directora de Departamento. Ao executivo ou ao Senhor Presidente da Câmara, competia avaliar a Directora de Departamento. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, gostaria que aquela situação servisse de lição. Já tinha tido oportunidade de falar com a Directora de Departamento, relativamente ao circuito de avaliação de dois mil e um, quer em termos de critérios, de comissões paritárias, ou ainda, em termos de calendarização. Queria que fossem respeitados ao máximo todos os prazos. -----

----- Mais disse que, em dois mil e três, quando tivessem que fazer a avaliação de dois mil e dois, teriam que cumprir escrupulosamente o calendário fixado por Lei, e dentro daqueles prazos, as avaliações seriam feitas adequadamente. -----

----- Disse ainda que, as chefias teriam que ter a responsabilidade, de nos momentos bons e nos momentos maus, assumirem os seus deveres e os seus direitos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade indeferir o pedido de Recurso Hierárquico apresentado pelo funcionário João Paulo Barquinha de Almeida Seixo. -----

-----1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----

-----1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA. ----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----
 ----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----
 ----- INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE -----
 ----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia doze a vinte e sete de Setembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número seis), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia vinte e seis de Setembro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de dois milhões setecentos e dezoito mil duzentos e quarenta e quatro euros e trinta e nove centimos e em Operações de Tesouraria de trezentos e dezassete mil trezentos e setenta e cinco euros e noventa e quatro centimos. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, pretendia brevemente apresentar em Reunião de Câmara, um documento sobre a actual situação financeira, da Autarquia. Até ao momento tinham utilizado metade do valor do empréstimo. Estavam com dividas a fornecedores, entidades subsidiadas, associações, etc., a noventa dias, tendo a globalidade baixado para cerca de duzentos e cinquenta mil euros. Em termos de empreiteiros, o passivo era de, aproximadamente, cinco milhões de euros. -----

----- Ainda existiam obras que, continuavam a pesar bastante, como era o caso do Monte e Monte, empresa do Centro Náutico, e a Ex. trezentos e trinta e cinco do contrato programa com o ICERR, pois só naquela via tinham para receber cerca de um milhão e duzentos e cinquenta mil euros. Estava-se a falar de três milhões de euros, relativas àquelas duas empresas, os encargos que neste momento tinham. -----

----- Mais disse que, se não fossem aquelas duas empresas, e o dinheiro que estavam a negociar com a Pista, a Câmara naquele momento, tinha uma divida de pouco mais de dois milhões de euros a empreiteiros, a noventa dias. Já tinha providenciado para ser tudo

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

pago até à data de trinta de Junho findo, faltando somente pagar Julho, Agosto e Setembro. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete, perguntando se a situação estava controlada, e se já não haviam razões para preocupação. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que ainda existia uma situação preocupante, pois tinham caucionado parte do endividamento, e que estavam a pagar através de empréstimo. -----

----- O Tribunal de Contas tinha mandado pedir mais duas observações, que tinham a ver com o empréstimo aprovado para a Pista de Remo. -----

----- A Câmara após estes considerandos tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -

----- **3 - DOAÇÃO DE UM LOTE DE TERRENO À CÂMARA** ----- ----- **MUNICIPAL, POR CLEMENTE DOS SANTOS**-----

----- Foi presente uma informação dos serviços, dizendo que, no seguimento da deliberação tomada em Reunião de Câmara de dezoito de Novembro de mil novecentos e noventa e oito, foi cedido à Câmara Municipal, o lote vinte e cinco, constante do alvará de loteamento, numero um barra noventa e nove, em nome de Clemente dos Santos e outros, no lugar de Santo Varão. -----

----- Assim, e para que se possa efectuar a respectiva escritura de doação, torna-se necessário dar cumprimento ao disposto na alínea h), numero um do artigo sessenta e quatro do decreto-lei numero cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção da lei numero cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro: "Aceitar doações, legados e heranças a beneficio de inventario", uma vez que a referida deliberação nada referia naquele sentido. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aceitar a doação do lote numero vinte e cinco, constante do alvará de loteamento numero um barra noventa e nove, no lugar de Santo Varão, de acordo com a informação dos serviços. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4 - COMISSÃO DE VISTORIAS - RECTIFICAÇÃO DA** ----- ----- **DELIBERAÇÃO DE 19 DE JULHO DE 2002** -----

----- O Presidente da Câmara informou que, em Reunião de Câmara de dezanove de Julho de dois mil e dois, tinha sido constituída e aprovada nova comissão de vistorias, na qual estava indicado o nome de um dos elementos que constituía a referida comissão como sendo, António Manuel dos Santos Girão, quando deveria ser Manuel Augusto dos Santos Girão. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- Assim, propunha a rectificação da deliberação da Reunião de Câmara de dezanove de Julho de dois mil e dois e onde se lê "...António Manuel dos Santos Girão.", deve ler-se "...Manuel Augusto dos Santos Girão.". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade rectificar a citada deliberação, de acordo com o atrás exposto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **5 - BOLSA AOS ESTAGIÁRIOS DO CEFA QUE FIZERAM** ----- ----- **ESTÁGIO NESTA CÂMARA MUNICIPAL** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos serviços, dizendo que os Serviços Municipais que aceitarem estagiários, poderão remunerar a sua actividade produtiva do estágio, através do pagamento de uma bolsa, cuja totalidade não deverá ser superior a uma vez e meia a remuneração auferida mensalmente por um assistente administrativo, ou seja oitocentos e noventa e três euros e setenta e cinco centimos cada uma. -----

----- Assim, e uma vez que estiveram a estagiar nesta Câmara Municipal, três formandas do CEFA, cujo montante global das bolsas, seria de dois mil seiscentos e oitenta e um euros e vinte e cinco centimos; -----

----- Uma vez que aquela situação estava dentro do enquadramento legal, propunha a atribuição de uma bolsa, no valor total de dois mil seiscentos e oitenta e um euros e vinte e cinco centimos às três estagiárias e pelo período total em causa. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- **6 - PEDIDO DE CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, dando conhecimento que Sandra Maria dos Santos Dias e Milene Dias Coelho de Sousa, sócias gerentes da Sociedade Linha Mágica, L.da, adquirentes da loja numero dezoito do Novo Mercado Municipal, vieram requerer autorização para transmitir a sua posição contratual para o BCP LISING. (documento anexo à presente acta sob o numero sete). -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, gostaria dar conhecimento que na semana passada já tinha feito a primeira escritura final, de transferência, de três lojas do Novo Mercado Municipal. Naquele momento apenas estavam a ultimar a questão das vistorias. -----

----- Iriam seguidamente efectuar-se outras escrituras. Já tinha endereçado uma carta aos adquirentes daquelas fracções, referindo que farão as escrituras formais e definitivas a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

vinte e um de Outubro. Contudo, tinham vindo a facilitar os promitentes compradores, para que pudessem, desde já, integrar-se nas respectivas áreas de intervenção. -----

----- A Câmara tomou conhecimento, e face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade, deferir a pretensão das requerentes, autorizando a cessão da posição contratual da loja número dezoito do Novo Mercado, em nome de BCP LISING. -----

----- **7 - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROTOCOLO ----**
ESTABELECIDO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A JUNTA DE --
FREGUESIA DE LICEIA - PALCO -----

----- Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de Liceia, a solicitar a prorrogação do prazo do Protocolo, estabelecido entre a Câmara Municipal e aquela Junta de Freguesia, por mais seis meses, uma vez que aqueles procedimentos tinham ultrapassado os prazos previstos (documento anexo à presente acta sob o numero oito). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a prorrogação de prazo do Protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Liceia até quinze de Outubro inclusive. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----**

----- **8 – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO -----**
ESTABELECIDO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A-----
JUNTA DE FREGUESIA DE DA EREIRA - POLIDESPORTIVO ----

----- O Presidente da Câmara propôs a prorrogação do prazo do Protocolo, estabelecido entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Ereira, uma vez que as obras tinham ultrapassado os prazos previstos (documento anexo à presente acta sob o numero nove).----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a prorrogação de prazo do Protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Ereira, até quinze de Outubro, inclusive.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----**

----- **9 – SERVIÇOS DE SEGURANÇA INTEGRADA – RECTIFICAÇÃO**
DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE ----
13/09/2002-----

----- Foi presente uma informação dos serviços, relativamente à rectificação da deliberação, referente aos Serviços de Segurança Integrada, tomada na Reunião de Câmara de treze de Setembro de dois mil e dois. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- Assim, onde se lê "...pelo período de trinta e seis meses.", dever-se-á ler "...pelo período de doze meses, renovável por iguais períodos até ao limite de trinta e seis meses." de acordo com o documento anexo à presente acta sob o número dez.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a rectificação da deliberação tomada em Reunião de Câmara de treze de Setembro de dois mil e dois, de acordo com o atrás exposto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre treze a vinte e seis de Setembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número onze). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

----- 2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido entre treze a vinte e seis de Setembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número doze). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----

----- 1- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS--

----- MUNICIPAIS (FREGUESIA DE ARAZEDE) - RELATÓRIO DE -----

----- ANÁLISE DAS PROPOSTAS -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de treze do corrente mês, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número treze. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma Construções Cunha dos Anjos, Lda, pelo montante de noventa e nove mil trezentos e setenta e dois euros e três centimos, acrescido do IVA à taxa legal, para um prazo de execução de sessenta dias seguidos.-----

----- Dois – Dispensar a audiência escrita nos termos da alínea a) do número um do artigo cento e três do Código de Procedimento Administrativo.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **2 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS --** ----- **MUNICIPAIS (FREGUESIA DO SEIXO) - RELATÓRIO DE** ----- ----- **ANÁLISE DAS PROPOSTAS**-----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de treze do corrente mês, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número catorze.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma Construções Cunha dos Anjos, Lda, pelo montante de oitenta mil oitocentos e setenta e um euros e catorze centimos, acrescido do IVA à taxa legal, para um prazo de execução de sessenta dias seguidos.-----

----- Dois – Dispensar a audiência escrita nos termos da alínea a) do número um do artigo cento e três do Código de Procedimento Administrativo.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia.** -----

----- **3 – ACIDENTE OCORRIDO COM MUNÍCIPE – OBRA DE** ----- ----- **RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE MONTEMOR** -----

----- Foi presente uma reclamação do munícipe Emídio dos Santos, sobre os prejuízos causados na sua viatura AUDI, com a matrícula setenta e seis - trinta e um - FC, acompanhada de um parecer do Síndico da Câmara Municipal, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número quinze.-----

----- Interveio o Vereador António Ramalheite perguntando, qual o ponto de situação da obra da Rua de Santa Rita, na localidade de Pereira.-----

----- Disse ainda que, passava por lá várias vezes, e parecia-lhe que a obra se encontrava parada. Sempre que chovia, amontoava-se uma quantidade de barro e terra, de tal maneira que a Junta de Freguesia tinha, muitas das vezes que limpar a estrada. Tinha

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VEL

Fl.453/v

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

conhecimento um munícipe, que mesmo não tendo lá residência permanente, era afectado com aquela situação.-----

----- Gostaria que aquele assunto fosse resolvido com a maior brevidade possível, uma vez que o munícipe em causa, sempre que chovia, ficava com a casa inundada. -----

----- A Câmara tomou conhecimento, e face ao parecer emitido pelo Síndico deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um - Não assumir o pagamento dos prejuízos apresentados pelo munícipe. -----

----- Dois - Notificar o empreiteiro para que este assuma as suas responsabilidades, face aos prejuízos causados.-----

----- Três - Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO.** -----

----- **3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA.** -----

----- **3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO.** -----

----- **1 - REDE DE ESGOTOS EM SANTO VARÃO E FORMOSELHA --**

----- **- FASE A (REDES) - PARTE - PLANO DE TRABALHOS** -----

----- **DEFINITIVO E CRONOGRAMA FINANCEIRO** -----

----- Foi presente o Plano de Trabalhos Definitivo e Cronograma Financeiro em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezasseis. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Trabalhos Definitivo e Cronograma Financeiro. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** -----

----- **4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO** -----

----- **1 - INICIATIVA FESTA DA MÚSICA - APRESENTAÇÃO DO** -----

----- **PROGRAMA E ORÇAMENTO** -----

----- Pelo Vereador do Pelouro foi apresentado o programa e orçamento da Iniciativa Festa da Musica, a decorrer entre os dias um e vinte e seis de Outubro de dois mil e dois (documento anexo à presente acta sob o numero dezassete). -----

----- À semelhança das actividades culturais efectuadas ao longo de dois mil e dois, esta Iniciativa irá realizar-se no âmbito da Programação “Montemor, Vila Cultural”. A sua primeira edição, tem como objectivos a promoção e organização de eventos de natureza puramente musical, tendo em conta as raízes musicais concelhias, como por exemplo, a vertente musical acústica. A Festa da Musica considera espectáculos de musica de orquestra e de jazz.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

-----A Festa da Musica também será um palco de divulgação da musica tradicional portuguesa e será um ponto de encontro e de intercâmbio entre actores artísticos.-----

-----Esta iniciativa também considera na sua programação os diferentes públicos, nomeadamente o público jovem, o adulto e o idoso. Irá ainda privilegiar como espaços de programação as sedes das Filarmónicas Concelhias ou espaços ligados a actividades musicais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o programa e orçamento da Iniciativa Festa da Musica.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **2 - INSTITUTO PORTUGUÊS DAS ARTES DO** -----
 ----- **ESPECTÁCULO/MINISTÉRIO DA CULTURA - PROGRAMA DE** ----
 ----- **DIFUSÃO DAS ARTES DO ESPECTÁCULO - LINHA DE**-----
 ----- **PROGRAMAÇÃO ITINERÁRIOS CULTURAIS - PROGRAMAÇÃO** --
 ----- **DO 2.º SEMESTRE DE 2001 - CONCERTO "O JAZZ AO ALCANCE-**
 ----- **DE TODOS" - GRUPO BUBBA BRASS - 01 DE DEZEMBRO DE** ----
 ----- **2001 - PAGAMENTO DE DESPESAS DE DESLOCAÇÃO.** -----

-----O Vereador do Pelouro deu conhecimento que, no âmbito da candidatura da Autarquia ao Programa de Difusão das Artes do Espectáculo/Linha de Programação Itinerários Culturais, tinha decorrido no dia um de Dezembro de dois mil e um, o Concerto "O Jazz ao alcance de todos" pelo Grupo Bubba Brass, Centro Cultural e Desportivo de Verride.-----

-----Mais disse que, o seu orçamento já tinha sido aprovado em Reunião de Câmara de treze de Junho de dois mil e um. No entanto, a deslocação tinha excedido o montante previsto, sendo agora necessário autorizar o pagamento da despesa de deslocação no valor de sessenta e três mil seiscentos e vinte escudos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o pagamento da despesa de deslocação, no valor de sessenta e três mil seiscentos e vinte escudos.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **3- GRUPO DE INSTRUMENTOS DE SOPRO DE COIMBRA** -----
 ----- **PEDIDO DE APOIO.** -----

-----O Vereador do Pelouro informou que, tinha sido solicitado pelo Grupo de Instrumentos de Sopro de Coimbra, um pedido de apoio para a gravação do CD comemorativo dos vinte anos de carreira, fazendo parte desta formação musical, quatro músicos naturais do Concelho de Montemor-o-Velho (documento anexo à presente acta sob o numero dezoito).-----

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- Pelo exposto, e ainda pelo papel que o Grupo de Instrumentos de Sopro de Coimbra, tem desempenhado no desenvolvimento da formação musical dos quatro músicos Montemorenses, propôs a aquisição de cinquenta unidades dos CD'S, pelo preço total de quinhentos euros. -----

----- Mais disse que, aquele apoio traduzir-se-á na permuta de um espectáculo, com o Grupo de Instrumentos de Sopro de Coimbra, a ter lugar no Concelho de Montemor-o-Velho, no âmbito do Ciclo Festa da Música, em Outubro de dois mil e dois, ou no âmbito da Iniciativa Concertos de Natal, no mês de Dezembro do corrente ano. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adquirir cinquenta CD'S ao Grupo de Instrumentos de Sopro de Coimbra, no valor de quinhentos euros. -----

----- **O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia.** -----

-----4- GRELHA DE APOIO AO FOLCLORE CONCELHIO-----

----- O Vereador do Pelouro informou que, na sequência da Reunião já havida com os Grupos Folclóricos, foi decidido este ano ainda serem atribuídos os subsídios segundo a grelha existente (documento anexo à presente acta sob o numero dezanove). -----

----- Assim, propunha a atribuição dos seguintes subsídios, aos Grupos Folclóricos do Concelho abaixo descriminados: -----

----- Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Meãs - novecentos e noventa e três euros e setenta e cinco cêntimos; -----

----- Rancho Regional do Seixo - novecentos e noventa e três euros e setenta e cinco cêntimos; -----

----- Associação Cultural Desportiva e Social de Ereira - novecentos e noventa e três euros e setenta e cinco cêntimos; -----

----- Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Pereira - novecentos e noventa e três euros e setenta e cinco cêntimos; -----

----- Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Bebedouro - setecentos e setenta e oito euros e doze cêntimos; -----

----- Centro Cultural Recreativo e Desportivo de Verride - setecentos e dezoito euros e vinte e sete cêntimos; -----

----- Associação do Rancho Folclórico "Flores do Monte - setecentos e setenta e oito euros e doze cêntimos; -----

----- Centro Cultural e Recreativo de Liceia - setecentos e setenta e oito euros e doze cêntimos; -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Fl.455

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- Rancho Folclórico da Carapinheira - setecentos e setenta e oito euros e doze cêntimos; -----

----- Rancho Folclórico de Tentúgal – seiscentos e vinte e oito euros e quarenta e nove cêntimos; -----

----- Rancho Casa do Povo da Abrunheira - seiscentos e vinte e oito euros e quarenta e nove cêntimos; -----

----- Rancho Folclórico “Camélias da Gândara” - seiscentos e vinte e oito euros e quarenta e nove cêntimos; -----

----- Rancho Folclórico Centro Beira Mondego - setecentos e setenta e oito euros e doze cêntimos; -----

----- Rancho Folclórico da Associação Recreativa Cultural “Três de Maio” – cento e quarenta e nove euros e sessenta e quatro cêntimos; -----

----- Rancho Folclórico Velha Guarda do Centro Cultural Recreativo de Verride - cento e quarenta e nove euros e sessenta e quatro cêntimos; -----

----- Rancho Folclórico “Malmequeres” do Grupo Recreativo Revelense - cento e quarenta e nove euros e sessenta e quatro cêntimos; -----

----- Rancho Folclórico do Centro Social e Cultural da Bunhosa – setecentos e setenta e oito euros e doze cêntimos; -----

----- Rancho Infantil do Rancho Regional do Seixo – duzentos e noventa e nove euros e vinte e oito cêntimos. -----

----- A Câmara face a estes considerando tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição dos subsídios aos Grupos Folclóricos do Concelho, acima discriminados. -----

----- **O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia.** -----

----- **5- CONCURSO MONTRAS EM FLOR – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS** -----

----- Na sequência da deliberação tomada na Reunião de Câmara de vinte de Agosto findo, e após reunião do júri realizada a sete de Setembro do corrente ano, o Presidente da Câmara propôs que fossem atribuídos os seguintes prémios aos vencedores do concurso “Montras em Flor”: -----

----- Primeiro prémio – monetário de quinhentos euros – a atribuir pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho – Ourivesaria Sotécnica (concorrente numero dois); -----

----- Primeiro prémio – viagem à Madeira de oito dias para uma pessoa – a atribuir pelo Diário As Beiras - Ourivesaria Sotécnica (concorrente numero dois); -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Fl.455/v

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- Segundo prémio – fim de semana no Hotel Quinta das Lágrimas – a atribuir pelo Diário As Beiras – Linha Mágica (concorrente numero dez); -----

----- Terceiro prémio - fim de semana no Hotel Quinta das Lágrimas – a atribuir pelo Diário As Beiras – Anónima (concorrente numero vinte e cinco); -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----4.2. DIVISÃO DE DESPORTO -----

----- 1- VI TORNEIO DE BASQUETEBOL "OVO DA PÁSCOA"-----

----- Foi presente um requerimento apresentado pelo Vereador Victor Camarneiro, a requerer nos termos dos artigos quarenta e cinco e quarenta e nove do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com a alínea d) do número dois do artigo quarto da Lei número vinte e nove barra oitenta e sete, de trinta de Junho, que fosse considerada a situação de incompatibilidade relativamente ao ponto um desta Divisão, por se tratar de assunto inerente à Associação de que faz parte. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade considerar o Vereador Victor Camarneiro na situação de incompatibilidade. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- Tendo por base o relatório apresentado pela Associação Fernão Mendes Pinto, relativamente ao VI Torneio de Basquetebol “Ovo da Páscoa”, e tendo em consideração a Grelha de Apoio ao Associativismo Desportivo em vigor aquando a realização do referido Torneio, o Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de quatrocentos e quarenta e oito euros e noventa e dois cêntimos (documento anexo à presente acta sob o numero vinte). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara -----

-----2 - CONSTRUÇÃO DA PISTA DE REMO/CENTRO NÁUTICO DE---

----- REMO: (AÇUDE DE JUSANTE) - NOMEAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

----- Na sequência da adjudicação da obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços a fim de ser dado cumprimento ao estipulado no artigo cento e setenta e oito do Decreto-Lei numero cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, devendo a Câmara nomear os agentes de fiscalização da obra em causa, sugerindo aqueles Serviços o seguinte funcionário:-----

----- Engenheira Edite Silva -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Fl.456

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear o agente de fiscalização atrás mencionado para a obra em causa.-----

-----4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE-----

-----INTERVENÇÃO AO PÚBLICO-----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

----- Verificou-se a não existência de público.-----

-----ENCERRAMENTO-----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas catorze horas, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.^a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- 2- CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇO - RECLAMAÇÃO -----

----- Foi presente uma informação relativamente à reclamação da classificação de serviço do funcionário, João Paulo Barquinha de Almeida Seixo (documento anexo à presente acta sob o numero cinco). -----

----- Inteveio o Vereador Emídio Fidalgo perguntando qual era a capacidade de decisão, por parte da Câmara Municipal perante um processo daquela natureza, uma vez que tinha uma série de itens e de burocracia. A Câmara já tinha mandado para o síndico uma outra reclamação, declinando quaisquer responsabilidades, uma vez que não tinham total conhecimento dos factos. -----

----- Disse ainda que, agora estavam de novo a ser confrontados com outra situação idêntica. -----

----- Assim, gostaria de saber, qual o fundamento da reclamação que estava a ser apresentada à Câmara. -----

----- Inteveio o Vereador José Marques dizendo que, parecia-lhe que as avaliações apenas se baseavam no Bom ou Muito Bom. -----

----- Inteveio a Directora do Departamento de Administração Geral dizendo que, a lei permitia aquela reclamação. O funcionário em causa tinha recorrido para a notadora, que na altura lhe tinha dado todas as justificações necessárias. O mesmo tinha recorrido para o Recurso Hierárquico porque a Lei lho permitia. -----

----- Inteveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, aquando a primeira reclamação, tinha tomado posse um novo executivo que não tinha ainda, uma apreciação sobre os responsáveis da Câmara Municipal, pelo que se tinha recorrido a um parecer do síndico. Porém, nesta data já tinham decorridos nove meses, e naquele momento colocar em causa o parecer da Directora de Departamento, era colocar também, em causa a própria Directora de Departamento. -----

----- Na sua opinião, era impossível lidar com uma situação daquela natureza, subvertendo o parecer da Directora de Departamento. Dava como exemplo o caso do professor que estava incumbido de dar notas, e caso tivesse algum aborrecimento com o aluno, teria que continuar a avaliar o mesmo, tendo toda a legitimidade para o fazer. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- Mais disse, que era à Directora de Departamento, que competia avaliar os seus subordinados, e ao executivo municipal competia avaliar, nos momentos adequados, a Directora de Departamento. Naquele momento, não poderiam misturar as duas situações. --

----- Interveio novamente o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, o Executivo poderia não estar a perceber o seu ponto de vista. Não estava a colocar em causa a Directora de Departamento. Faziam parte do executivo há nove meses, e ao fim de quatro, tinham apanhado logo duas situações daquele género. -----

----- Disse ainda que, se no futuro, se desenrolar uma "teia", continuando a surgir situações idênticas, optarão por uma saída sempre airosa, suportada pelo parecer apresentado, sem terem mais conhecimentos, relativamente àquele assunto. -----

----- Referia mais uma vez, que não pretendia colocar em causa a decisão, nem da Directora de Departamento nem do executivo. -----

----- Como tinha referido o Senhor Vereador José Marques, notava que a maioria das avaliações eram Bom e Muito Bom, quando, na sua opinião, existiam Bons que deveriam ser Medíocres. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo que, por vezes perdiam muito tempo a discutir questões que estavam previstas na Lei, e naquele caso ou acreditavam nos serviços ou não. Eram confrontados com muitas situações, em que assinavam os papéis, e até àquela data tinham sempre acreditado nos serviços, até terem motivos para tal. Quem poderia avaliar o funcionário, melhor que ninguém, seria a pessoas que lidava com ele todos os dias, sendo neste caso, a Directora de Departamento. Ao executivo ou ao Senhor Presidente da Câmara, competia avaliar a Directora de Departamento. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, gostaria que aquela situação servisse de lição. Já tinha tido oportunidade de falar com a Directora de Departamento, relativamente ao circuito de avaliação de dois mil e um, quer em termos de critérios, de comissões paritárias, ou ainda, em termos de calendarização. Queria que fossem respeitados ao máximo todos os prazos. -----

----- Mais disse que, em dois mil e três, quando tivessem que fazer a avaliação de dois mil e dois, teriam que cumprir escrupulosamente o calendário fixado por Lei, e dentro daqueles prazos, as avaliações seriam feitas adequadamente. -----

----- Disse ainda que, as chefias teriam que ter a responsabilidade, de nos momentos bons e nos momentos maus, assumirem os seus deveres e os seus direitos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 27

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade indeferir o pedido de Recurso Hierárquico apresentado pelo funcionário João Paulo Barquinha de Almeida Seixo. -----